

**FORMAÇÃO DO LEITOR, PERCEPÇÃO DO SENTIDO,
PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM
DA LÍNGUA PORTUGUESA**

Edma Regina Peixoto Barreto Caiafa Balbi (UENF)
ebalbi23@hotmail.com

Daniela Balduino de Souza Vieira (UENF)
dbalduino@iff.edu.br

Eliana Crispim França Luquetti (UENF)
elinaff@gmail.com

RESUMO

O ensino da língua portuguesa tal qual ocorre na maioria das escolas brasileiras tem-se configurado um desperdício de tempo e energia. O docente, geralmente, apresenta aos alunos, de forma estanque, regras que devem ser seguidas em suas produções de texto. Essa forma de ensino consolida no aluno a ideia de que há uma barreira intransponível entre o que se aprende na escola e situações reais de uso da língua e isso impede o despertar de um interesse real do aluno sobre aspectos gramaticais e incute, nele, a sensação de que não sabe português, de que português é muito difícil. Entende-se que a formação da capacidade leitora deve englobar, entre outras leituras, a que possibilita a percepção da existência de uma inter-relação entre a situação comunicativa e o uso da língua. Formar um leitor competente implica capacitar o aluno para perceber a funcionalidade da língua e, a partir dela, absorver os conceitos gramaticais. Este trabalho tem como objetivo suscitar uma reflexão sobre a prática docente nas aulas de língua portuguesa dos ensinamentos fundamental e médio. Entende-se que formar um leitor seja uma forma de aproximar os dois universos em torno do qual o aluno gravita: o social e o escolar. Um leitor competente é capaz de perceber a relação entre a teoria e a prática e fazer uso adequado do que lhe é ensinado nas aulas de língua portuguesa.

Palavras-chave:

Capacidade leitora. Ensino de língua portuguesa. Situação comunicativa

1. *O ensino de língua portuguesa e suas implicações*

Refletir sobre a prática pedagógica no ensino de língua portuguesa, como se efetiva nas escolas brasileiras, sejam públicas ou particulares, é o caminho para encontrar a eficácia do processo ensino-aprendizagem dessa disciplina e atender ao que é proposto pelos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCN) para os ensinos fundamental e médio quando apontam que o ensino de língua materna deve promover uma reflexão sobre seu uso na vida e na sociedade.

O discurso de muitos alunos que chegam ao ensino médio dizendo que não sabem português é, no mínimo, estranho, embora inquietante seja um adjetivo melhor para esse quadro. Eles costumam dizer: “nunca aprendi português”, “não adianta, não aprendo português”, “nossa língua é a mais difícil do mundo”, “tudo que eu falo está errado”. Ouvir esses comentários, sabendo que vêm de alunos que passaram 9 anos nos bancos de uma escola e que são falantes nativos, mostra que está havendo perda de tempo e de energia tanto por parte dos docentes como por parte do corpo discente e deve conduzir todos a uma reflexão sobre esse ensino. Falar sobre o fracasso da educação brasileira criticando os alunos, acusando-os de falta de interesse; e, os professores por estarem desmotivados pelos salários que recebem, porque não são valorizados na sociedade, ou por qual seja o motivo que apresentem, não traz nenhuma perspectiva de solução para a crise educacional. Atribuir ao docente a culpa pela baixa qualidade do ensino em nossas escolas é ser simplista demais, o mesmo se dá quando a responsabilidade recai sobre o aluno.

Sobre o ensino de gramática, os PCN (2000) dizem:

A perspectiva dos estudos gramaticais na escola, até hoje centra-se, em grande parte, no entendimento da nomenclatura gramatical como eixo principal; descrição e norma se confundem na análise da frase, essa deslocada do uso, da função e do texto. (BRASIL, 2000, p. 16).

Tem-se conhecimento de que essa prática muito se deve à formação que o professor de língua portuguesa recebeu durante o curso de letras e também à quase inexistência de programas de educação continuada que ajudem o professor a descobrir novos

caminhos, a atualizar sua prática para acompanhar as transformações que estão ocorrendo no seu público alvo e também quanto ao avanço da tecnologia que torna a sala de aula um lugar desagradável para os alunos.

É mencionado nos PCN que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no Art. 22 preconiza que o ensino de língua portuguesa deve “desenvolver o educando, assegurar-lhe formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos superiores”.

O exercício da cidadania e a inserção no mundo do trabalho orientam para que o ensino de língua a ser praticado nas escolas evidencie que a língua(gem) é um instrumento de interação social em todos os níveis da nossa vida em coletividade, portanto deve atender às nossas necessidades comunicacionais. Perceber os diferentes usos da língua ao longo de situações comunicativas comuns em nossa rotina diária poderia levar o educando a entender que sabe português, que aprende português, que nossa língua não é a mais difícil do mundo e que ele não fala errado, mas que precisa fazer um uso adequado dela. Mostrar ao aluno que o estudo que a escola apresenta da língua portuguesa é uma das muitas variantes que a nossa língua tem, que essas outras formas de uso da língua estão fundamentadas na diversidade social brasileira, uma vez que são muitos os grupos que compõem a nossa sociedade e que, em geral, cada um tem suas peculiaridades e essas fazem com que usem a língua de uma forma particular.

O texto dos PCN para o ensino fundamental (1998) traz a seguinte “reflexão sobre a linguagem”:

Tomando-se a linguagem como atividade discursiva, o texto como unidade de ensino e a noção de gramática como relativa ao conhecimento que o falante tem de sua linguagem, as atividades curriculares em língua portuguesa correspondem, principalmente, a atividades discursivas: uma prática constante de escuta de textos orais e leitura de textos escritos e de produção de textos orais e escritos, que devem permitir, por meio da análise e reflexão sobre os múltiplos aspectos envolvidos, a expansão e construção de instrumentos que permitam ao aluno, progressivamente, ampliar sua competência discursiva.

Deve-se ter em mente que tal ampliação não pode ficar reduzida apenas ao trabalho sistemático com a matéria gramatical. Aprender a pensar e falar

sobre a própria linguagem, realizar uma atividade de natureza reflexiva, uma atividade de análise linguística supõe o planejamento de situações didáticas que possibilitem a reflexão não apenas sobre os diferentes recursos expressivos utilizados pelo autor do texto, mas também sobre a forma pela qual a seleção de tais recursos reflete as condições de produção do discurso e as restrições impostas pelo gênero e pelo suporte. Supõe, também, tomar como objeto de reflexão os procedimentos de planejamento, de elaboração e de refacção dos textos.

A atividade mais importante, pois, é a de criar situações em que os alunos possam operar sobre a própria linguagem, construindo pouco a pouco, no curso dos vários anos de escolaridade, paradigmas próprios da fala de sua comunidade, colocando atenção sobre similaridades, regularidades e diferenças de formas e de usos linguísticos, levantando hipóteses sobre as condições contextuais e estruturais em que se dão. É, a partir do que os alunos conseguem intuir nesse trabalho epilingüístico, tanto sobre os textos que produzem como sobre os textos que escutam ou leem, que poderão falar e discutir sobre a linguagem, registrando e organizando essas intuições: uma atividade metalingüística, que envolve a descrição dos aspectos observados por meio da categorização e tratamento sistemático dos diferentes conhecimentos construídos. (BRASIL, 1998, p. 27).

O ensino de língua portuguesa, ainda seguindo orientações dos PCN para o ensino médio, precisa ter como objetivo contribuir para a aquisição de um saber linguístico amplo e ter sua sustentação na comunicação. A língua deve ser entendida “como linguagem que constrói e ‘desconstrói’ significados sociais.” (PCN, 2000, p. 17) Segundo Kleiman e Moraes, (2007, p. 26), “a escola deve ensinar o indivíduo a aprender para ele poder selecionar e organizar informações em redes pessoais de conhecimento.” Essas autoras dizem ainda:

As práticas sociais de uso da língua escrita deveriam estar fornecendo o elemento central na definição do trabalho escolar, sob pena de os objetivos e a especificidade da instituição no desenvolvimento de cidadãos críticos e participativos não serem atingidos.

A partir dessas ponderações, entende-se ser necessário encaminhar o processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa para uma aproximação com a vida real do aluno, para que ele possa ver o que a escola apresenta em sua prática.

2. Formando leitores para a percepção dos sentidos dos textos

Inicialmente, fazendo uma reflexão sobre o ato de ler, é possível dividi-lo em: decifração e compreensão. Apesar da divisão nessas duas etapas, é importante ressaltar que ambas “estão de tal modo interligadas que, em princípio, uma implica a outra” (BRITO, 2012, p. 21), ainda que a primeira seja essencialmente mecânica; e a segunda, cognitiva. Decifrar um texto faz com que o indivíduo possa participar de ações simples na sociedade, como por exemplo: seguir uma direção que o conduza aonde quer chegar, tomar um medicamento, preparar um prato novo para o almoço, passar uma mensagem, mas nenhuma dessas atividades promove uma verdadeira inserção na sociedade, elas não conduzem à cidadania plena; compreender um texto, perceber os sentidos que ele pode ter é que viabilizam uma vida cidadã de fato.

A capacidade leitora está associada ao conhecimento que o leitor adquiriu ao longo de sua vida em suas interações sociais, em suas leituras e nos bancos escolares. Sobre a relação desse conhecimento com a leitura, Kleiman, (2013) diz:

A compreensão de um texto é um processo que se caracteriza pela utilização de *conhecimento prévio*: o leitor utiliza na leitura o que ele já sabe, o conhecimento adquirido ao longo de sua vida. É mediante a interação de diversos níveis de conhecimento, como o conhecimento linguístico, o textual, o conhecimento de mundo, que o leitor consegue construir o sentido do texto. E porque o leitor utiliza justamente diversos níveis de conhecimento que interagem entre si, a leitura é considerada um processo iterativo. (KLEIMAN, 2013, p. 15).

No processo ensino-aprendizagem da língua portuguesa, destaca-se o papel da leitura e coloca-se o professor como o responsável pela mediação entre o conhecimento apresentado no texto e o saber de mundo, a bagagem cultural que o aluno já tem, independente do seu aprendizado na escola. Também cabe ao professor organizar a socialização do conhecimento dos alunos, visto que, sendo indivíduos, apresentam saberes diferentes. Na busca de formação de um aluno leitor, deve-se objetivar não a sua proficiência, mas a sua preparação para que seja capaz de construir uma análise crítica da sociedade.

A leitura de um texto envolve um diálogo entre locutor e leitor, de modo que o saber do primeiro sobre o tema tratado no texto se cruze com o do segundo sobre esse mesmo assunto (conhecimento prévio), é desse cruzamento que se dará a coerência para quem lê. Quando o aluno não tem em sua bagagem conhecimento enciclopédico sobre a temática abordada no texto, este não se fará coerente para ele. Nesse caso, a intermediação do professor é fundamental para ajudar o aluno nessa construção de sentido. O texto possibilita uma inter-relação de saberes, devendo, por isso, ser visto como uma atividade integradora capaz de dar subsídios para uma leitura crítica, reflexiva. O aluno não deve ser visto como uma folha em branco a ser preenchida pelo saber que a escola oferece, ele chega à escola trazendo o seu conhecimento, ao qual serão somadas novas informações. À escola cabe a função de ampliar o acervo intelectual e orientar para a utilização adequada do conhecimento.

Devemos ressaltar que não cabe apenas ao professor de língua portuguesa a missão de “ensinar o aluno a ler”, esta é uma tarefa de todos os professores, independente da disciplina que lecionam. Se tomarmos um mesmo texto, e este for discutido com os alunos por professores de disciplinas diferentes, sejam de uma mesma área ou de áreas divergentes, observaremos que eles não vão, necessariamente, tomar como referencial para a discussão com os alunos os mesmos elementos e caso isso aconteça, possivelmente não explorarão esse dado do texto sobre a mesma ótica, pois a visão de mundo de cada um é embasada pela área de atuação. Essa abertura de leituras tem muito a contribuir na formação da capacidade leitora do educando.

Para fugir de um ensino tradicional, em muitas escolas, os professores passaram a estudar a língua a partir de textos. Abordar questões gramaticais em frases retiradas de um texto não significa modernizar o estudo, apenas trocou-se a fonte: de frases elaboradas aleatoriamente pelos professores e lançadas no quadro para frases contextualizadas no texto, mas descontextualizadas no quadro para exemplificar algum tópico gramatical. Da mesma maneira que utilizar a tecnologia em sala de aula por meio de um tablet, ce-

lular, data-show ou quadro interativo não significa modernidade. O simples uso do equipamento tecnológico não é garantia de avanço. Muda-se a apresentação, a forma, utilizam-se outros instrumentos, mas a essência é a mesma, logo não ocorre o esperado, isto é, os objetivos apontados pelos PCN não são atingidos.

A atualização do ensino de aspectos gramaticais concernentes à língua portuguesa passa pela contextualização do que é apresentado ao aluno. Para isso, o estudo desses aspectos deve partir de diferentes gêneros textuais, que se enquadrem nos tipos de texto de que dispõe a língua, escritos tanto em linguagem verbal quanto não verbal, inclusive os orais, pois estes se fazem mais presentes na realidade dos alunos.

3. Considerações finais

Compreender um texto implica associar conhecimentos. Para apreender o sentido do que lê, o aluno precisa estar em contato com os diferentes tipos de texto que circulam em nosso meio, conhecer as estruturas de cada um deles, identificar o tipo de discurso, perceber que cada texto produzido tem uma função na interação social, que o locutor tem um objetivo a ser alcançado. O ensino da língua portuguesa, por meio das estruturas presentes nos textos usados em sala de aula, pode “desmistificar” a dificuldade apontada pelos alunos para aprendê-la. Aproximar o discurso da escola da vivência que o aluno tem da língua não significa desprezar a forma de prestígio, mas criar mecanismos para que o aluno possa comparar as variantes linguísticas e saber usá-las para atender a seus propósitos comunicacionais.

Defende-se, portanto, que, para aquisição da “língua portuguesa da escola”, é necessário promover a interação do aluno com textos próximos dos que usa em situações comunicativas rotineiras evidenciando para ele as estruturas da língua às quais ele recorre para produzir seus textos orais e compará-las com as apresentadas na gramática tradicional, partindo então para uma discussão que o faça entender o mecanismo de cada uma delas.

Desse modo, a língua-mãe será, para seus filhos, não a madrasta que apenas exige seu uso, mas aquela que lhes proporciona

o prazer de com ela conviver de forma mais interativa, possibilitando, assim, melhor diálogo entre eles.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, Maria A., REINALDO, Maria A. *Análise linguística: afinal, a que se refere?* São Paulo: Cortez, 2013

BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio. Parte II: linguagens, códigos e suas tecnologias.* Brasília: MEC. 2000.

BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa.* Brasília: MEC. 1998.

BRITO, Luiz Percival L. *Inquietudes e desacordos: a leitura além do óbvio.* Campinas: Mercado das Letras, 2012.

KLEIMAN, Angela B. *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura.* Campinas: Pontes, 2013.

KLEIMAN, Angela B., MORAES, Sílvia E. *Leitura e interdisciplinaridade: tecendo redes nos projetos da escola.* Campinas: Mercado das Letras, 1999.